

feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

FEAM	
Protocolo nº: 055 234/08	29
Divisão: Pro-29-01-8	FL. Nº
Mat.: —	Visto: C.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Processo nº: 00369/2005/002/2006

Referência: Auto de Infração nº F270/2006

Interessado: Minas e Gerais Recauchutagem Ltda.

PARECER JURÍDICO

1) RELATÓRIO:

1 – A empresa em epígrafe foi autuada como incurso no inciso VIII, do artigo 87, do Decreto nº 44.309/06, por ter cometido a seguinte irregularidade: “o empreendedor prestou informações falsas ao não declarar o uso de poço semi artesiano no empreendimento durante o preenchimento do FCEI”.

2 - O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. Tempestivamente, a empresa apresentou sua defesa, alegando em síntese que:

- a empresa é de pequeno porte e o FCEI foi preenchido com a apresentação das contas de água, pois o poço na época, apresentava problemas de vazão;
- em setembro de 2006, foi realizada a limpeza do poço e o mesmo passou a ser utilizado;
- a Deliberação Normativa nº 61/03 permite a aplicação da multa de advertência e a autuada vêm tomando todas as medidas e não representa mais a realidade dos fatos, devendo ser cancelado o auto por perda de objeto;
- por fim, a concessão de prazo para que seja encaminhado os documentos necessários e de acordo com §2º da DN61/03.

3 – Análise Jurídica

Do ponto de vista jurídico a autuada não apresentou nenhuma alegação ou impugnação capaz de descaracterizar o Auto de Infração. O fato constitutivo da irregularidade está amplamente comprovado nos autos e somente foi requerida outorga do IGAM, após a autuação.

A alegação de aplicação da penalidade de advertência não procede, pois a citada Deliberação Normativa nº 61/03 regulamenta a advertência para as infrações cometidas pelo Decreto nº 39.424/98, irregularidades essas, cometidas antes da vigência do Decreto 44.309/06. A legislação atual prevê a penalidade de advertência para as infrações descritas no artigo 85 do Decreto nº 44.309/06.

Desta forma, podemos afirmar que não cabe questionamento sobre a incidência da penalidade de advertência.



No caso em tela, a legislação estabelece o cancelamento da Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF, quando tiver sido concedida com base em informações falsas prestadas pelo empreendedor, sem prejuízo das penalidades. (artigo 19 do Decreto 44.309/06)


II) CONCLUSÃO

Isso posto, diante da ausência de argumentos jurídicos capazes de descaracterizar a infração cometida, remetemos os autos ao Vice-Presidente da FEAM, e **opinamos pela manutenção da penalidade de multa aplicada no valor de R\$15.001,00**, nos termos do artigo 61, inciso II, alínea "b" (infração gravíssima, empreendimento de pequeno porte), c/c com o artigo 67, inciso I, do Decreto Estadual n.º 44.309/2006.

Sugerimos, ainda, que no ofício de decisão do Auto de Infração o autuado seja notificado de que o processo de AAF será remetido à autoridade competente, visando o cancelamento da AAF, nos termos do disposto no artigo 19 do Decreto nº 44.309/06, após a decisão do presente processo administrativo.

É o parecer, *s.m.j.*

Belo Horizonte, 28 de janeiro de 2008.


Carmen Lúcia S. Silveira
Procuradoria da FEAM